

EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: TRANSFORMAÇÕES E DILEMAS

Maria Juliana Chaves de Sousa
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
mariajulianachaves@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este resumo tem como base as experiências vivenciadas na Rede Municipal de Ensino de Poções-BA, durante a pandemia de Covid-19, no ano de 2020, mas que permanecem até o momento. Propõe-se analisar as ações educacionais apresentadas pela Secretaria Municipal de Educação de Poções (SMEP) ao Conselho Municipal de Educação (CME) no fim de 2020, a fim de garantir o cômputo de carga horária para o respectivo ano letivo, bem como validar a oferta de atividades pedagógicas desenvolvidas por meio do ensino remoto para a classe discente.

Para essa discussão, a questão central é: quais os impactos causados pela pandemia de Covid-19 na rede municipal de ensino de Poções? Os objetivos propostos são: discutir as mudanças abruptas ocorridas do ensino presencial para o remoto; analisar as ações pedagógicas realizadas para o enfrentamento das situações impostas pela pandemia.

Os dados aqui analisados se baseiam em dois relatórios elaborados pelas escolas municipais e apresentados pela SMEP ao CME. Esses relatórios foram apresentados em agosto e dezembro de 2020, com foco na participação dos alunos no ensino remoto, nas ações de Busca Ativa e nas dificuldades vivenciadas pelas escolas. Vale ressaltar que no ano seguinte haveria mudança na gestão municipal.

A sistematização dos dados se baseia na análise de conteúdo, de Bardin (2011). Como base teórica, utilizam-se as contribuições de Macedo (2021), que discute o acesso às atividades *on-line* pelos estudantes da educação básica, fortalecendo as desigualdades educacionais; além de Almeida e Dalben (2020), que analisam a (re)organização do trabalho pedagógico imposta pela pandemia.

DESENVOLVIMENTO

A partir de março de 2020, o mundo passava pela experiência grave da crise sanitária causada pela pandemia de Covid-19, atingindo todos os setores sociais e,

consequentemente, resultando na interrupção de aulas presenciais em escolas e universidades em muitos países. A suspensão das aulas presenciais na rede municipal de ensino de Poções, por sua vez, se deu através do decreto nº 134, de 17 de março de 2020.

Nos cenários normativo e legal, observa-se a medida provisória nº 934/2020, que estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas de enfrentamento da situação de emergência de saúde pública, de que trata a lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. O Conselho Nacional de Educação (CNE) divulgou normativas que orientavam estados e municípios a organizarem a oferta de atividades não presenciais, a fim de a escola manter o vínculo com a comunidade.

Em todo o estado da Bahia, os debates acerca da educação dentro desse contexto complexo foram promovidos por entidades não governamentais, como a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME) por meio de *lives*. O amparo para a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia da Covid-19, legitima-se com base na portaria de nº 544, de 16 de junho de 2020. Em agosto, foi sancionada a lei nº 14.040/2020, que estabeleceu normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública, reconhecido pelo decreto legislativo nº 6/2020.

No caso da rede municipal em questão, as aulas presenciais permaneceram suspensas e, a partir de julho de 2020, a SMEP implantou uma Plataforma de Gestão Educacional que consistia na postagem de atividades pedagógicas no instrumento digital, ofertada a todos os estudantes. A princípio, a adoção da plataforma digital não levou em consideração as fragilidades da rede de ensino. Tornaram-se evidentes problemas relacionados à falta de equipamentos das escolas, a inabilidade dos docentes com as tecnologias, a falta de cobertura de *internet* em todos os bairros e localidades, as condições socioeconômicas precárias dos discentes – que não possuem aparelhos celulares, *tablets*, computadores ou *notebooks*. Uma infeliz realidade presente na educação básica pública que não somente evidenciou como ampliou o fosso de desigualdades já existentes, considerando o acesso à tecnologia e a posse dos equipamentos (MACEDO, 2021).

Por meio da plataforma digital, os docentes postavam as atividades e aguardavam as devolutivas que poderiam ser feitas também através do WhatsApp, apontado este como aplicativo mais rápido para a comunicação e mais utilizado pela comunidade e escola. Essa dinâmica de trabalho impôs uma reorganização flexível do trabalho pedagógico, porém, bastante exaustiva para o professor, uma vez que, ao utilizar uma ferramenta digital a qualquer tempo, conforme o retorno do discente, submeteu o trabalho pedagógico a todos os turnos e aos fins de semana. Além disso, o distanciamento social, o agravamento da crise socioeconômica, os índices de mortalidade cada vez maiores e o medo da morte impuseram instabilidades emocionais para todos os envolvidos (ALMEIDA; DALBEN, 2020).

O imediatismo e a complexidade da situação exigiram das redes municipais ações abruptas, por vezes improvisadas, num cenário totalmente instável de calamidade sanitária pública. A seguir, observam-se as mudanças provocadas pelo ensino remoto na prática pedagógica, na gestão escolar e na educação dos estudantes da rede aqui analisada.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Considerando os relatórios apresentados pelas escolas municipais de Poções sobre as atividades remotas, é possível focar a atenção em duas dimensões principais: comunicação entre escola e comunidade e os impasses encontrados.

A comunicação com os discentes e suas famílias e/ou responsáveis se deu basicamente por meios de comunicação digitais e redes sociais, foram usadas ferramentas, como telefones celulares, Facebook, Messenger, WhatsApp, Google Meet, Zoom e Instagram. Além disso, nos casos em que não houve eficácia dessas ferramentas citadas, gestores e docentes relataram visitas domiciliares com o propósito de convencer pais e/ou responsáveis sobre a importância da participação dos discentes, reduzindo os prejuízos educacionais aos quais já estavam expostos.

A incessante comunicação entre escola e comunidade tornou-se fragilizada, pois as dificuldades de acesso e o analfabetismo dos pais/responsáveis impossibilitaram o acompanhamento das crianças, ampliando a desmotivação frente às ações escolares. Todas as escolas destacaram a redução de acesso e devolutivas com o passar dos meses.

Quanto às inúmeras dificuldades apontadas, destacam-se: docentes que não possuem *notebooks* ou cujos aparelhos celulares não atendem a dinâmica do ensino remoto; dificuldade do uso das tecnologias pelos docentes; falta de cobertura de internet em todos os locais do município; discentes que não possuem equipamentos, dependendo do aparelho celular dos responsáveis; domicílios em que o celular de um familiar era utilizado por vários estudantes; aparelhos celulares sem capacidade de armazenamento de atividades ou que necessitavam da utilização dos dados móveis; distribuição de atividades impressas para aqueles que não possuíam meio tecnológico, porém, não eram resgatadas pelos responsáveis; além disso, os impactos socioeconômicos e emocionais impostos pela pandemia. Isso tudo contribuiu para o acesso precário ao ensino remoto e a paulatina redução das atividades devolvidas pelos estudantes.

Nesse cenário, vale ressaltar a oferta de atividades impressas para os estudantes que não tinham acesso aos meios digitais, porém, a ação esbarrou no analfabetismo dos responsáveis e, conseqüentemente, a impossibilidade de desenvolvimento das atividades pedagógicas, culminando na evasão.

A pandemia, em muitas redes municipais, trouxe à tona os inúmeros problemas, camuflados durante o ensino presencial, que impedem o acesso à tecnologia, trazendo o agravamento da precariedade das condições de sobrevivência, a ampliação das desigualdades e, principalmente, a violação dos direitos de universalização do ensino e da aprendizagem e da oferta de um ensino de qualidade.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

ALMEIDA, L. C.; DALBEN, A. (Re)organizar o trabalho pedagógico em tempos de Covid-19: no limiar do (im)possível. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 41, 2020, p. 1-20.

MACEDO, R. M. Direito ou privilégio? Desigualdades digitais, pandemia e os desafios de uma escola pública. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 34, n. 73, p. 262-280, maio/ago. 2021.